

# Em busca da perspectiva do Sul na cobertura do clima: uma contribuição dos estudos críticos do discurso

*Searching of a Southern perspective on climate coverage: a contribution from critical discourse studies*

*En busca de una perspectiva del Sur sobre la cobertura climática: una contribución desde los estudios críticos del discurso*

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442024107pt>

## Eloisa Beling Loose

<https://orcid.org/0000-0002-4755-3046>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Departamento de Comunicação. Porto Alegre, RS - Brasil

## Viviane Resende

<https://orcid.org/0000-0002-7791-5757>

Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística. Brasília, DF - Brasil

## Resumo

Este artigo tem como objetivo apontar contribuições dos estudos críticos do discurso para análise dos produtos oriundos do campo jornalístico a partir do estudo da cobertura das mudanças climáticas. Tomamos como objeto um veículo de comunicação alternativa, “Conexão Planeta”, que mantém postura engajada e contestatória frente a injustiças ambientais. Privilegia-se aqui a observação da dicotomia Norte/Sul Globais, articulada à crise climática, de modo a estudar como as representações de suas causas e soluções são amplificadas ou silenciadas, mesmo por veículos que não são dominantes e, teoricamente, teriam maior liberdade editorial para discutir o status quo. Dentre os resultados, apontamos que a perspectiva do Sul se manifesta de forma limitada, sendo que predominam as alternativas à crise oriundas do pensamento hegemônico, assim como os atores que já costumam aparecer na imprensa tradicional.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Mudanças climáticas; Estudos críticos do discurso; Estudos decoloniais.

## Abstract

This article goals to point out contributions of critical discourse studies for the analysis of products from the journalistic field from the study of climate change coverage. We take as an object an alternative media, “Conexão Planeta”, which maintains an engaged and contesting stance in the face of environmental injustices. The observation of the dichotomy North /South, articulated to the climate crisis, is privileged here, to study how the representations of its causes and solutions are amplified or silenced, even by vehicles that are not dominant and, theoretically, would have greater editorial freedom. to discuss the status quo. Regarding the results, we point out that the perspective of the South manifests itself in a limited way, with the predominance of alternatives to the crisis arising from hegemonic thinking, as well as the actors that usually appear in the traditional press.

**Keywords:** Journalism; Climate change; Critical discourse studies; Decolonial studies.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo señalar aportes de los estudios críticos del discurso para el análisis de productos del campo periodístico a partir del estudio de la cobertura del cambio climático. Tomamos como objeto un vehículo de comunicación alternativo, “Conexão Planeta”, que mantiene una postura comprometida y contestataria frente a las injusticias ambientales. Se privilegia aquí la observación de la dicotomía Norte/Sur Global, articulada a la crisis climática, para estudiar cómo las representaciones de sus causas y soluciones son amplificadas o silenciadas, incluso por vehículos que no son dominantes y que, teóricamente, habrían mayor libertad editorial para discutir el status quo. Entre los resultados, señalamos que la perspectiva del Sur se manifiesta de forma limitada, con predominio de alternativas a la crisis provenientes del pensamiento hegemónico, así como de los actores que suelen aparecer en la prensa tradicional.

**Palabras clave:** Periodismo; Cambio climático; Estudios críticos del discurso; Estudios decoloniales.

## Introdução

O jornalismo tende a construir notícias sobre mudanças climáticas predominantemente sob a ótica de especialistas do campo científico, quando são divulgados relatórios sobre o assunto, como os do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), ou de atores políticos, geralmente quando ocorrem os encontros anuais das Conferências das Partes (COP). Nessas duas situações, as fontes e aportes do Norte Global costumam ser dominantes. Pesquisas brasileiras revelam que os momentos de cobertura climática tendem a ser esporádicos e centrados na abordagem do Norte (Loose, 2016), onde estão as instituições de investigação consideradas centrais e de onde são tomadas decisões globais que repercutem nos diferentes territórios, muitas vezes sem considerar as especificidades de cada local.

Contudo, no Brasil<sup>1</sup>, assim como em outros países da América Latina e África, por exemplo, as vulnerabilidades ambientais tornam as consequências climáticas mais graves (PNUD, 2007; IPCC, 2014). Isso ocorre em razão da maior dependência dos recursos naturais e de outras carências, sociais e econômicas. Pesquisas apontam que os países mais afetados pela crise climática são aqueles que pouco contribuem com emissões de carbono. De acordo com o Índice Global de Risco Climático, da Germanwatch<sup>2</sup>, oito dos dez países mais afetados por eventos climáticos extremos entre 1998 e 2017 foram países em desenvolvimento com renda baixa ou média-baixa.

Nesse contexto de impactos e respostas desiguais, no qual há países muito mais resilientes que o nosso, os acordos internacionais do clima refletem uma enorme disputa de interesses, que tende a favorecer os países desenvolvidos, ou do Norte Global, como observa Santos (2007a; 2007b).

Estudo do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2016, p. 12) reforça que os problemas de desenvolvimento, próprios de países do Sul Global, pressionam os efeitos climáticos:

A supressão de ecossistemas, desencadeada pelo crescimento urbano desenfreado, é um dos principais fatores de redução da resiliência das cidades, deixando-as mais vulneráveis aos problemas atuais e futuros, que poderão ser acentuados pelas mudanças climáticas, como o aumento das ilhas de calor, poluição do ar e inundações.

Os riscos climáticos podem afetar qualquer cidade e pessoa, mas a maneira como cada uma reage e/ou pode enfrentar uma situação causada por um evento extremo depende bastante das condições, sobretudo socioeconômicas, disponíveis. Logo, o fenômeno, por si só, pode até ser considerado “democrático”, mas seus impactos jamais poderão ser vistos da mesma forma: as vulnerabilidades e condições de reação tendem a direcionar os efeitos mais negativos das mudanças climáticas para a população mais empobrecida, sublinhando a desigualdade social.

Neste artigo, mobilizamos os estudos críticos do discurso e os estudos decoloniais a fim de identificar como as notícias sobre clima em um veículo de comunicação alternativo, o “Conexão Planeta”<sup>3</sup>, corrobora ou não para o questionamento do sistema que nos trouxe até esta crise climática. Na primeira seção, abordamos a questão climática a partir da dicotomia Norte/Sul. Na sequência, apresentamos os estudos críticos do discurso enquanto marco teórico-metodológico comprometido com a denúncia da exploração e das desigualdades sociais. Na terceira seção, trazemos alguns excertos retirados do estudo empreendido por Loose (2021) e, finalizamos com nossas considerações sobre a análise.

## Atravessamentos do Norte e do Sul Globais na crise climática

Quando se fala em colonialidade e na necessidade de decolonizar, podemos nos referir a muitas coisas que, embora diversas, estão conectadas ao centenário projeto ocidental de dominação, incluídas a política econômica, as estruturas de poder, as questões de raça e classe. O sistema-mundo, lembra Grosfoguel (2018), traz em seu pacote político-civilizatório um sistema econômico de acumulação capitalista, mas também o patriarcado, a exploração racista, padrões estéticos, cristianismo, e as relações entre seres humanos e a Terra. É assim que na colonialidade encadeiam-se genocídio, feminicídio, epistemicídio e ecocídio.

---

1 Apesar dos problemas já sentidos, o Brasil ocupa o quinto lugar entre os maiores poluidores climáticos, ficando atrás apenas de China, EUA, Rússia e Índia, sobretudo em razão das mudanças de uso de terra (SEEG, 2021).

2 Disponível em: <<https://www.germanwatch.org/en>>. Acesso em 30.01.2022.

3 O site assume seu ativismo pró-ambiente e afirma que sua missão é “inspirar para a ação”, algo próprio dos meios contra-hegemônicos ou alternativos que tomam posição, diferentemente dos meios hegemônicos ou tradicionais que costumam reivindicar neutralidade, objetividade e/ou imparcialidade. Para saber mais: <<https://conexoplaneta.com.br/sobre/>>.

O capitalismo histórico e seu berço colonial não podem ser separados dos fatores que lhe constituem como sistema civilizatório. Nunca se tratou apenas de expansão territorial e econômica, mas da expansão planetária de uma civilização pela eliminação de outras. Muitas das formas de saber-ser até hoje não reconhecidas pelo pensamento dominante do Norte Global, tanto das terras chamadas América quanto daquelas chamadas África. O pensamento eurocêntrico naturalizou-se, como se fosse o único.

A crise climática é global, apesar de ter seus impactos fortemente sentidos na escala local. Os diversos setores produtivos, em diferentes países e regiões do mundo, contribuem com o problema de formas muito díspares. A quantidade de gases de efeito estufa liberados pela atividade pecuária não é a mesma do setor de serviços, por exemplo; a pegada de carbono de uma pessoa da Europa é, em média, superior à de uma pessoa em África; e, mesmo se considerarmos um mesmo país, as diferenças são enormes a depender do estilo de vida: as casas de estadunidenses abastados geram cerca de 25% mais gases de efeito estufa do que as residências em bairros empobrecidos no mesmo país<sup>4</sup>.

As imensas desigualdades regionais, e as não menores desigualdades sociais em um mesmo território, operam clivagens tão profundas que não se pode pensar em uma mesma contemporaneidade para todas as populações: experiências de vida dependem radicalmente das posicionalidades que ocupamos (território, língua, gênero, classe, trabalho, etc.) (George, 2018). Para essa autora, realidades contemporâneas podem ser muito distintas e as diferenças não são apenas geográficas, mas climáticas, políticas, econômicas, ambientais. São diferenças que se realizam nas oposições entre rápido e lento, móvel e estacionário, conectado e desconectado, e que marcam acessos e bloqueios a experiências do contemporâneo, levando a diferentes estados de liberdade, possibilidades e capacidades de resistência ao contemporâneo.

Porto-Gonçalves (2006) recorda que, enquanto alguns poucos grupos se beneficiam dos recursos arrancados dos territórios do Sul, os rejeitos das extrações impactam o ambiente das populações locais mais marginalizadas, em lugares onde as pessoas parecem valer menos. A qualidade de vida desfrutada no Norte (e almejada pelas elites do Sul) é ancorada em uma série de injustiças e em muita destruição, que são invisibilizadas pelas elites globais, de modo que seu projeto não seja interrompido. O sistema capitalista-colonialista vigente nutre-se da exploração ambiental e, por isso, sustenta a ideia de que não somos parte da natureza, estando ela disponível para servir aos anseios (de parte) da humanidade.

A colonialidade presente no nosso modelo de desenvolvimento não se dá apenas nas relações entre os países do capitalismo central e os periféricos (Green, 2013). As práticas ecodestrutivas coloniais são aplicáveis dentro de um mesmo território, o que faz com que sujeitos mais vulneráveis sejam explorados como recursos produtivos, e os recursos naturais do próprio local sejam continuamente explorados em favor de uma minoria. O colonialismo ambiental, dessa maneira, funciona como um sistema ideológico de exploração, operado de modo planejado, legitimado e com o consentimento das elites nacionais (Atilés-Osória, 2013). Segundo Green (2013), é esse alargamento de ações exploratórias sem fim que levará à autodestruição da espécie e à (já presente) crise planetária; afinal, o crescimento contínuo, chamado de progresso ou desenvolvimento, depara-se com os limites materiais do planeta onde vivemos. Ocultar essas relações em discursos que representam a crise climática de modos que ofuscam sua relação direta com o sistema produtivo capitalista e com os modos de vida das elites é uma forma eficiente de manutenção desse estado de coisas.

Além das diferenças abissais no que diz respeito a como cada país, grupo social ou pessoa contribui para o problema, as soluções possíveis para reduzir os danos e evitar o aumento da crise também não são únicas. Entretanto, de forma geral, a governança do clima tende a seguir as decisões tomadas a partir de estudos científicos do Norte Global, que nem sempre consideram de forma apropriada os meandros e especificidades ambientais do Sul, o que direciona os acordos globais para aquilo que interessa àqueles que podem respaldar suas demandas (Karlsson, 2005). Com menos investimentos, pesquisas e discussões políticas, o Sul muitas vezes acata as soluções desenhadas e executadas conforme o pensamento do Norte. A falta de conhecimento científico sobre as realidades do Sul Global o deixa em uma posição desfavorável frente à lógica dominante, sujeito a opções baseadas nas experiências dos países do Norte, e seguindo seus interesses em manutenção de privilégios históricos.

A perspectiva hegemônica do pensamento do Norte, formalizada em fluxos de governança “de cima para baixo”, trabalha com ações e estratégias em razão de seu contexto e ponto de vista, percebendo o mundo como uma sociedade globalizada. Geralmente a resolução da questão fica confinada e restrita a atores políticos, atores do setor produtivo, especialmente o empresariado, e especialistas, que detêm conhecimento técnico-científico calcado no conhecimento eurocêntrico. No entanto, há discrepâncias e garantias muito diferentes entre os países do Sul e Norte Global.

4 Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/07/23/casas-de-americanos-ricos-tem-pegadas-de-carbono-25-mais-altas-que-residencias-de-baixa-renda/>>. Acesso em 27 jun. 2022.

O que [os países do Norte] não dizem é que suas regras internas (nacionais) os protegem de certos embaraços que as normas globais vagas não preveem, deixando os países desprovidos de tais artifícios em condições desiguais de negociação. Desta maneira, as regiões mais vulneráveis aos riscos climáticos (e ambientais) são aquelas com menos respaldo legal. A ausência de medidas “de baixo para cima”, até mesmo por falta de conhecimento e dispositivos que reúnam a população em torno de interesses coletivos, também compromete o enfrentamento de projetos pensados a partir de outras realidades e interesses (Loose, 2016, p. 399).

Partimos, então, desta crítica ao pensamento colonial, que ignora e/ou desvaloriza saberes e ações oriundos das experiências dos povos do Sul, para observar como um veículo do jornalismo especializado em meio ambiente, assumidamente posicionado em prol da causa ambiental, dedica ou não espaços para visibilizar discursos outros sobre as mudanças climáticas, mais condizentes com o olhar do Sul. Acreditamos que o assunto deva ser apresentado a partir de múltiplas perspectivas e que as ações “de cima para baixo” e “de baixo para cima” devem ser concomitantes. Neste texto, analisamos dados de um jornalismo comprometido com a sustentabilidade e que, por isso, poderia atuar para transformação, dentro dos limites de sua prática discursiva. Segundo Oliveira (2017, p. 211), “o jornalismo emancipatório não é quem vai mudar o mundo, mas contribui para ‘pensar o mundo e sua transformação’”. Seguindo esse raciocínio, optamos aqui pelos estudos críticos do discurso em razão de seu caráter posicionado; afinal, tal perspectiva “busca promover a conscientização dos indivíduos quanto às relações entre discurso e estruturas sociais, representando, portanto, uma forma de luta por mudanças na sociedade.” (Melo, 2012, p. 77).

Também nos apoiamos em Santos (2007a; 2007b), em suas reflexões sobre alternativas e resistências ao hegemônico, para registrar que a intenção da pesquisa de que este artigo é recorte não foi apontar outro caminho que venha a se tornar hegemônico, substituindo um modelo de visão (quase) único. Reconhecemos o papel do campo científico – e, nesse caso específico, os estudos do IPCC –, mas entendemos que há outras possibilidades para abordar o tema, e quem sabe até aproximar mais essa problemática da população. Assumimos, então, um lugar de fala no qual os mitos de imparcialidade científica e jornalística são explicitamente negados.

## Estudos críticos do discurso

Os estudos críticos do discurso (ECD) incluem, entre outras abordagens, a vertente de estudos do discurso que se inicia com o lançamento, em 1979, da obra de Fowler, Hodge, Kress e Trew intitulada *Language and control*, que entende o trabalho do discurso como prática social capaz de transformar a sociedade – uma reação aos paradigmas dominantes nos anos 1960 e 1970, considerados “associais” (Van Dijk, 2005). Tais pesquisas ganham mais espaço a partir dos anos 1990, quando os ECD se consolidam como campo.

Teun van Dijk foi, em grande medida, responsável pela difusão dos estudos críticos do discurso na América Latina de língua espanhola e contribuiu para a criação da Associação Latino-Americana dos Estudos do Discurso (ALED), fundada em 1995 na Venezuela (Vieira; Macedo, 2018); dez anos depois, em 2005, no Chile, foi criada a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD), formada por um grupo multidisciplinar de pesquisadoras, com ênfase no binômio discurso-pobreza. Mais recentemente, em 2018, foi fundada em Brasília, também no âmbito da ALED, a REDEJUR, Rede de Estudos do Discurso Jurídico. A ALED é a mais antiga associação internacional de estudos do discurso e tem realizado relevante trabalho na divulgação desses estudos na região e no intercâmbio entre os vários países que a compõem.

No caso brasileiro, a instituição dos estudos críticos do discurso foi muito influenciada por estudos britânicos. Duas pesquisadoras brasileiras, com trajetórias acadêmicas calcadas na Inglaterra, foram pioneiras nesses estudos no Brasil. Primeiro, Izabel Magalhães, que publicou o primeiro artigo em português sobre análise de discurso crítica (Magalhães, 1986), e, da mesma geração, Carmen Rosa Caldas-Coulthard, que tem se dedicado aos estudos de gênero e multimodalidade.

A crítica que atravessa ECD também se reflete na colonialidade presente no campo, que tende a aplicar um saber criado no Norte à realidade do Sul. Resende (2019) recorda que, no Brasil, os estudos do discurso são divididos principalmente entre as vertentes chamadas ‘francesa’ e ‘inglesa’, uma continuidade da subalternidade de analistas do Brasil em relação aos pares do Norte, decorrente do legado epistemológico eurocêntrico. Desde a língua dominante no campo científico (o inglês) e o uso de referências estrangeiras para legitimação das pesquisas, até as imposições colocadas pelos espaços de reconhecimento e prestígio acadêmico, é preciso perceber a inexistência de um ponto de partida que seja neutro ou absoluto. Não se trata de rejeitar os conhecimentos do Norte, mas de valorizar aqueles que tendem a ser invisibilizados ou menosprezados em prol de um pensamento único.

Questiona-se, assim, a mera reprodução das práticas pensadas a partir do Norte no contexto brasileiro. Reiteramos a afirmação de Resende (2019, p. 35) de que “decolonizar os estudos críticos do discurso por perspectivas latino-americanas implica reconhecer que nossa história colonial e a violência que nos constituiu não podem ser ignoradas”. Acrescentamos que a separação entre a humanidade e o meio ambiente, assim como a concepção da natureza como algo a ser explorado, fundamentou uma série de modos coloniais de ser, existir e viver. Refletir sobre como se deu a apropriação da natureza e entender esse processo como um domínio da matriz colonial (Mignolo, 2017) mostra-se fundamental para observar as ideologias que permanecem presentes nos discursos jornalísticos, inclusive naqueles de nicho ambiental, como é o caso do nosso foco neste artigo.

Nas práticas sociais e nos eventos, incluindo os textos que lhes são parte, cruzam-se estruturas. Grupos sociais particulares são detentores de maior poder quando são aptos a controlar ações de outros grupos (Van Dijk, 2001), isto é, quando são capazes de definir as bases relativas para a ação social, por exemplo, controlando instituições do aparato de governança. Como o discurso é um princípio construtivo, que estabelece as formas que podemos dar à realidade; normativo, que constitui as regras para o funcionamento das práticas, e interpretativo, que lança as bases para sua avaliação, tem relevância inescapável na definição do que é representado como possível, desejável, acessível ou utópico (Resende, 2017).

Isso também remete ao que Van Dijk (2009, p. 6) discute como dimensão intersubjetiva derivada das experiências de socialização que compartilhamos como grupos sociais, e que levam a “vários tipos de conhecimento compartilhado e outras crenças”. Esse compartilhamento de sentidos estabiliza modos de compreensão das questões sociais, incluídas as relações com a Terra, que podem ser investigadas pela via discursiva, por meio de mapeamentos discursivos em distintos campos sociopolíticos, como a lei, a mídia, os movimentos sociais e políticos, os textos do mundo da vida etc.

A análise de textos como material empírico para a abordagem de problemas sociais justifica-se também porque, em ECD, entende-se que a produção de narrativas (inclusive jornalísticas) é reconstrução de acontecimentos fragmentários como eventos distintos e separados, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros, assim como organizando esses eventos construídos em relações particulares.

A produção de textos, nos diferentes domínios de produção discursiva, portanto, é um processo interpretativo e construtivo. Textos também podem ter “uma ‘intenção explanatória’ relacionada à ‘focalização’: dar um sentido a eventos colocando-os em uma relação que incorpora um ponto de vista particular” (Fairclough, 2003, p. 84-85). Nos ECD, portanto, textos podem ser orientados para a regulação e o controle de eventos e da maneira como as pessoas reagem a eventos.

Van Dijk (2005) afirma que um dos padrões de dominância que podem ser observados por meio da ACD nos discursos midiáticos são as relações entre o Norte e o Sul Globais. O pesquisador assinala como os fatos são representados a partir dessa dicotomia:

Se os acontecimentos [como as catástrofes climáticas] são colocados no seu contexto e se são dadas explicações, tendem a atribuir a culpa em primeiro lugar às políticas “retrógradas” e ao comportamento das nações, das organizações e dos políticos do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, estas explicações põem em segundo plano os efeitos directos e indirectos ou os legados do colonialismo ocidental, as práticas corporativas, a intervenção militar, o comércio internacional e a política. Por outro lado, a ajuda ocidental e outras contribuições são enfatizadas e apresentadas como benéficas e raramente como problemáticas. Como no caso dos assuntos étnicos, o retrato global do Terceiro Mundo é organizado através de estratégias combinadas de auto-representação positiva e de apresentação negativa do outro (Van Dijk, 2005, p. 92-93).

Diante desse breve panorama dos ECD, apresentamos alguns apontamentos mais específicos sobre sua presença em estudos de jornalismo. Identificamos que tal referencial ainda é pouco articulado no campo jornalístico brasileiro e, especialmente, nos estudos com interface ambiental. Conforme Carvalho (2017), os discursos da mídia são decisivos para amplificação e legitimação de algumas visões e marginalização ou ocultação de outras. Para a autora, analisar os discursos sobre a crise climática e seus silêncios é muito importante para entendermos as disputas que envolvem nosso futuro; afinal, há diversos tensionamentos econômicos, políticos e culturais que envolvem as escolhas e não escolhas dos agendamentos da imprensa. Diante disso, Carvalho destaca a necessidade de se avançar sobre os estudos críticos do discurso das mudanças climáticas:

Valores, visões de mundo e ideologias, bem como múltiplas formas de poder, estão profundamente interconectados com práticas de criação de significado sobre as mudanças climáticas. Assim, os acadêmicos com visão de discurso têm a responsabilidade de contribuir para identificar, analisar



e expor as maneiras pelas quais os debates são frequentemente gerenciados e distorcidos, e como isso se conecta a questões de poder e justiça (Carvalho, 2017, p. 487, tradução nossa).

Em estudos discursivos voltados para as mudanças climáticas, pode-se notar que a imprensa reproduz e amplifica vozes de governos, visibilizando um discurso tecnocrático (Moraes, 2015), que tende a privilegiar perspectivas gerenciais ao invés de apresentar discursos mais radicais, capazes de transformar o sistema que produz a emergência climática (Carvalho, 2017), não discutindo o neoliberalismo e o capitalismo de livre mercado. Aliás, Max-Neef (2012), ao tratar da coerção da linguagem, assevera que a humanidade está em uma armadilha provocada pelo domínio da linguagem econômica em todas as esferas, influenciando completamente as percepções e comportamentos. Além disso, não se deve perder de vista que veículos midiáticos, como empresas em conglomerados, atendem a certos interesses de elites, que não estão interessadas em mudanças profundas nas ordens de coisas que as têm beneficiado econômica e simbolicamente – muito pelo contrário, elas investem em formas de manter o status quo vigente.

### O corpus de análise para este artigo

Dentre os meios alternativos orientados para a pauta ambiental, escolhemos “Conexão Planeta” por apresentar espaço específico para cobertura climática, alvo do nosso interesse, e informar que é movido por ativismo, pelo desejo de transformação. Na aba do site em que a iniciativa se apresenta, identificamos uma postura engajada com o cuidado ambiental e com a necessidade de mobilizar mais pessoas para agir em prol do que se expressa como “um futuro mais feliz”.

Além disso, tal veículo encontra-se na no “Mapa do jornalismo independente”, da “Agência Pública”<sup>5</sup>, que reúne meios que 1) produzem primordialmente conteúdo jornalístico; 2) nasceram na rede; 3) são caracterizados como projetos coletivos (são mais que blogs, geralmente mantidos de forma individual); e 4) não possuem ligação com grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. Tais características são importantes para não confundirmos a produção apresentada como outros conteúdos midiáticos (que não respeitam as normas éticas e deontológicas do jornalismo) nem com a prática tradicional/hegemônica, que também pode apresentar produtos de nicho, a exemplo de “Um Só Planeta”<sup>6</sup>, do Grupo Globo.

Nos anos de 2019 e 2020, “Conexão Planeta” publicou 236 notícias sobre mudanças climáticas, número superior a outros veículos observados no mesmo período, como “Envolverde”<sup>7</sup> e “Colabora”<sup>8</sup>, que também se dedicam à temática ambiental e estão no mapa da “Agência Pública”. Essa recorrência na cobertura, somada à sua postura ativista, coincidente com o que propõe o Jornalismo Ambiental (Bueno, 2007; Frome, 2008; Loose; Girardi, 2017), justifica sua escolha para a análise empreendida neste artigo.

### Análise

Nossa análise tem como objetivo ressaltar as relações Norte/Sul apresentadas na cobertura climática de “Conexão Planeta” entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020. Nesses dois anos de cobertura, houve destaque para as greves pelo clima, lideradas pela ativista sueca Greta Thunberg, sobretudo em setembro de 2019; depois para a COP-25, realizada em dezembro do mesmo ano em Madri, seguida de uma queda de atenção para o tema, provocada pelas circunstâncias da eclosão da pandemia de covid-19.

“Conexão Planeta”, de modo geral, dá ênfase para o olhar ativista respaldado pela ciência. Ativistas ambientais são frequentemente ouvidos/as e ganham espaço para reivindicar suas pautas. Também são frequentes como fontes ativistas “celebridades” (atores e cantores, por exemplo) ou já amplamente reconhecidos/as pelo público (como é o caso de Greta Thunberg).

As notícias vinculadas a Greta Thunberg são baseadas em seus textos e falas, não existindo preocupação com o equilíbrio informativo (dar mesmo espaço para versões contrárias) quando mencionam fontes que criticam a ativista ou sua maneira de expor a causa climática. O veículo assume o lado da ativista, sempre evidenciando os méritos já alcançados pela ativista. Também não poupa elogios e recorrentemente interpela leitoras e leitores, com gradações de entusiasmo, para a ação.

---

5 A metodologia deste mapeamento pode ser acessada em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/metodologia/>>.

6 Disponível em: <<https://umsoplaneta.globo.com/>>. Acesso em: 10.10.21.

7 Disponível em: <<https://envolverde.com.br/>>. Acesso em: 10.10.21.

8 Disponível em: <<https://projeto colabora.com.br/>>. Acesso em: 10.10.21.

Em notícia publicada em 30 de setembro de 2019 sobre uma lista da Revista Time com 15 mulheres que lideram a luta climática, Thunberg é citada – e sendo a mais conhecida aparece já no título da matéria, dedicada a trazer breves biografias de cada uma das indicadas. Destacamos aqui o enfoque de gênero atrelado à lista da Time, valorizado também pelo veículo na abertura do texto (grifos nossos):

O aquecimento global está afetando a todos, mas são certamente os mais pobres e vulneráveis que sofrerão mais, especialmente mulheres e meninas, que aguentam o impacto de choques ambientais, econômicos e sociais. “Frequentemente, elas são as últimas a comer ou ser resgatadas; enfrentam maiores riscos de saúde e segurança à medida que os sistemas de água e saneamento ficam comprometidos e assumem um aumento no trabalho doméstico e de assistência à medida que os recursos diminuem”, alertam os especialistas das Nações Unidas.

Talvez por entender melhor o sofrimento do mesmo sexo, no mundo todo, muitas mulheres estão levantando suas vozes e trabalhando arduamente para combater as mudanças climáticas.

O recorte de gênero na abordagem do ativismo ambiental nos faz refletir sobre a justiça social e as desigualdades que permeiam a emergência climática. Nas notícias construídas a partir das manifestações de Thunberg (seus discursos públicos, entrevistas ou postagens em redes sociais), a retórica da desigualdade existente entre povos do Norte e Sul está presente, ainda que não seja o tópico principal. Assim, o aspecto interseccional da vulnerabilidade climática e ambiental é considerado em termos de gênero – mulheres são apontadas como mais vulneráveis –, mas os aspectos raciais, nacionais, territoriais são ocultados.

Conexão Planeta teve uma cobertura climática em dezembro de 2019 para além dos acontecimentos políticos que normalmente ocorrem no período em razão da COP. Muitas das 22 notícias publicadas nesse período estiveram centradas em acontecimentos internacionais, como os incêndios na Austrália, por exemplo (que receberam mais atenção do que os incêndios ocorridos em solo brasileiro). Embora muitas das matérias apresentem críticas à lentidão das ações governamentais, o foco predominante nesse período foi nas ações em prol do clima, sendo que o nome Greta Thunberg foi mobilizado em cinco títulos nesse mês (ela estava presente na COP-25).

As matérias associadas ao ativismo, destacadas na representatividade alcançada por Thunberg, são perpassadas por uma retórica de inspiração e esperança:

Inspirou milhões de jovens a participarem da maior marcha pelo clima da história, em 20 de setembro. Atraíu a ira de néscios, sobretudo da extrema-direita. E tornou-se a pessoa do ano da revista Time por ter capturado como nenhum ativista antes dela a hipocrisia do discurso da esperança e o abismo entre as boas intenções declaradas dos governos e seus atos reais contra os gases de efeito estufa – um dia depois de ser chamada de “pirralha” por Jair Bolsonaro. (29/12/2019, grifos nossos).

A inspiração do movimento Famílias pelo Clima (versão brasileira do movimento Parents for Future Global), vem de Greta Thunberg, claro. O Parents for Future também nasceu do movimento provocado pela ativista sueca de 16 anos, o Fridays for Future, criado a partir de suas manifestações solitárias, todas as sextas, em frente ao parlamento sueco. (20/12/2019, grifos nossos).

A jovem destacou que, apesar de governos estarem reunidos, na COP-25, para debater soluções para enfrentar a crise climática e reduzir as emissões de carbono, a esperança para que algo seja feito está nas ruas, no poder da sociedade e das pessoas, que precisam deixar claro que exigem mudanças. (09/12/2019, grifos nossos).

O sentido de inspiração vincula-se aos movimentos provocados por Thunberg (inspiração à juventude e a famílias), mas o sentido de esperança é mais ambíguo, pois ora aparece vinculado, negativamente, a ‘boas intenções’ apartadas de ação governamental (como no texto de 29 de dezembro), ora se desloca para a ação da sociedade civil (como em 9 de dezembro).

A ênfase positiva para o ativismo aparece também na notícia de 20 de março de 2020, que comunica o falecimento, em razão da covid-19, do engenheiro químico brasileiro Sérgio Campos Trindade. O veículo o nomeia como “especialista e defensor das energias renováveis como forma para reduzir a emissão de gases de efeito estufa”, sugerindo a ciência como atividade posicionada, que pode ser também ativista.

Na cobertura da COP-25, identificamos que Conexão Planeta fez uso de outros veículos e sites de ONGs que publicavam sobre esse assunto, com espaço para perspectivas da sociedade civil e mais próximas de uma ideologia biocêntrica e crítica à colonialidade. Na matéria de 9 de dezembro de 2019, provocada pelos discursos de Thunberg e de que já vimos um trecho, o veículo destaca as aspas da ativista em prol das vozes que geralmente são silenciadas: “Precisamos emprestar nossas vozes às populações do Sul (Hemisfério) e aos povos indígenas, que são os que mais estão sofrendo com a crise climática. A mudança que precisamos não virá daqueles no poder, mas daqueles que exigem. Nós queremos mudanças” (grifos e acréscimo nossos). Aqui os aspectos interseccionais da vulnerabilidade climática são mais complexos que nos trechos anteriores, incluindo território e etnia, embora não se fale em questão de classe e raça no interior de um mesmo território. Não deve passar despercebido que o trecho atribuído a Greta no veículo estudado reifica uma postura de vocalização frequente: pessoas em posição de poder (em termos de raça e território, nesse caso específico) frequentemente acreditam poder ou precisar “dar voz” a outros atores menos empoderados, quando de fato o que muitas vezes nos falta seja “dar ouvidos”.

No período pós-eventos (das marchas pelo clima e da COP-25), iniciou-se uma cobertura orientada para como superar os efeitos da pandemia da covid-19 em sintonia com o enfrentamento climático. As respostas econômicas voltaram-se para os países do Norte e houve um apagamento em relação a como enfrentar a recessão no Sul, principalmente o debate a respeito das desigualdades sociais vivenciadas durante a pandemia e que tendem a ser avultadas com o aprofundamento da emergência climática.

É importante assinalar que um papel da humanidade, seja de forma generalizada, seja individualizada, é repetidamente encontrado no corpus de “Conexão Planeta”, que convoca leitoras e leitores a participarem de campanhas para fazer frente ao desafio de combater as mudanças climáticas. Assim, o jornal adota um modo imperativo, realizando função de demanda (convite, desafio) dirigida a leitoras e leitores (que trata por “você”, em tom de proximidade), que exorta também por meio de uma modalidade deôntica de possibilidade:

Com a ajuda de pessoas como você, é possível reverter o dano causado pela mudança de clima do planeta. Entre em nosso abaixo-assinado e peça pela proteção dos oceanos. Obrigado por acreditar que o mundo pode ser um lugar melhor para todos e fazer parte da equipe que protege o planeta. (18/02/2020).

Ou seja, qualquer pessoa, como eu e você, pode participar. Em seu site, a Iniciativa Verde mantém uma calculadora de emissões pra quem quiser descobrir sua pegada. Vai lá descobrir qual é a sua! (16/10/2019, grifos nossos).

O desafio está lançado! A partir de hoje, segunda-feira (17/6), convidamos você a passar uma semana sem consumir carne e produtos de origem animal. (17/06/2019, grifos nossos).

Ao tratar da recuperação econômica pós-covid-19, mesmo um veículo considerado alternativo assume a retórica a partir de um crescimento verde, com medidas reformistas, como ampliação das energias renováveis e fabricação de veículos elétricos, por exemplo. Como Moreno (2016) afirma, a economia verde forjou-se no contexto pós-crise de 2008, unificando setores e governos a partir do Global Green New Deal, feito pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mas que abarcou outras agências da ONU. O discurso verde, nesse sentido, é parte central de uma das muitas mudanças do capitalismo para se manter ao longo do tempo, superando suas múltiplas crises sem nunca se transformar realmente (Fairclough, 2006).

Na Rio+20, em 2012, a ideia ganhou alcance e legitimidade, sendo posta como “‘novo’ paradigma para a cooperação internacional” (Moreno, 2016, p. 263). Todavia, essas propostas são resultado de esforços que se sucedem desde o fim dos anos 1970, sendo usadas como narrativa unificadora do capital financeiro a fim de manter a roda do capitalismo girando. Com uma recessão global forçada pela paralisação de atividades em razão da pandemia, o discurso do crescimento verde é impulsionado mais uma vez e tem seu efeito de inevitabilidade e inquestionabilidade aumentado.

Quem se colocaria contra um crescimento da economia que beneficiaria o enfrentamento das mudanças climáticas? Poucos pensamentos reúnem tantos atores e instituições, pois há uma mescla de interesses que se vendem como compatíveis e são endossados em diferentes escalas por diversos segmentos. Logo, a pandemia é articulada a uma grande recessão e, ao mesmo tempo, a uma oportunidade para que governos e empresas revejam os rumos do sistema econômico, sendo a economia verde apresentada como única alternativa (outras possibilidades são silenciadas). Mas o foco é “garantir a sobrevivência dessas empresas” e os governos são chamados a auxiliar nesse caminho com subsídios:



O governo espanhol quer uma economia com 100% de energia renovável e o fim a novos projetos com combustíveis fósseis.

“No momento em que temos que enfrentar o processo de recuperação contra a COVID-19, a transição energética se tornará uma força motriz determinante para gerar atividade econômica e emprego a curto prazo”, garantiu Teresa Ribera, ministra da Transição Ecológica. (28/05/2020, grifos nossos).

Merkel destacou que os programas de estímulo econômico deverão priorizar novas tecnologias e energias renováveis. Ela defende que os governos atraiam dinheiro do setor privado através dos mercados financeiros internacionais para financiar “a mudança onerosa em direção a uma economia mais favorável ao clima”. (06/05/2020, grifos nossos).

O reforço discursivo atribuído à crise e à urgência com a qual temos de enfrentá-la suscita a ideia de que é imprescindível implementar as soluções disponíveis – e apenas as do Norte se colocam como viáveis por governantes, economistas e demais experts, atores sociais geralmente alinhados ao pensamento eurocêntrico e que costumam obter legitimidade (até mesmo por meio da imprensa), exercendo um poder de cima para baixo, que tende a favorecer grupos/setores que já são historicamente beneficiados.

Nesses dois anos de análise, o veículo em análise trouxe inúmeras vezes a perspectiva do Norte Global, não explorando acontecimentos nacionais, como os incêndios no Pantanal e falando muito pouco do desmatamento e das queimadas na Amazônia.

Produções de escopo local corroboram esse distanciamento: povos indígenas são citados, mas não há espaço para as falas de suas lideranças, como nas matérias “Artistas, indígenas e jovens do Projeto Guri gravam videoclipe de alerta sobre o clima e o futuro do planeta: ‘Para onde vamos?’” (20/12/2019) e “Sonia Guajajara usa máscara criada pela artista Néle Azevedo para a campanha de 5 anos do ‘Acordo de Paris’” (14/12/2020). Em “Greta Thunberg se reúne com indígenas americanos Sioux pelo clima, participa de protestos e recebe nome de origem Lakota” (14/09/2019) e “Sabedoria indígena contra as mudanças climáticas: líderes criam rede de acesso a financiamento”, há citações de falas indígenas, e durante a COP-25, Joênia Wapichana teve espaço na matéria “Ricardo Salles mente e revela falta de compaixão e de diálogo na conferência do clima da ONU, em Madri” (10/12/2019), mas essas notícias são exceções. A visibilidade dada para os povos indígenas ainda é pequena em comparação a outras fontes consultadas.

## Considerações finais

Nos textos jornalísticos analisados, a contraposição do Sul, que supostamente abriria espaço para atores periféricos e menosprezados pela conformação do pensamento ocidental, ocorre limitadamente. A ideologia das elites dominantes se mantém mesmo nesta mídia alternativa, expressando o que Góes (2017) chama de colonialidade jornalística. A reprodução do discurso da economia verde como a única saída possível e o silenciamento a respeito dos setores que mais emitem GEE, como é o caso da agropecuária no Brasil, reforçam sentidos já conhecidos na imprensa tradicional.

Os espaços diminutos para ações e atores alinhados com a ideologia biocêntrica reduzem a diversidade e fomentam a monocultura. Santos (2007a; 2007b) resume o potencial que a imprensa hegemônica tem para manter a linha abissal, que classifica nosso mundo hoje: “a comunicação midiática sugere que te dá a conhecer tudo que é relevante no mundo e, para além disso, não existe mais nada”; por outro lado, entende que a imprensa contra-hegemônica (ou alternativa) pode desconstruir essa estrutura, abrindo “espaço para surgir a sociologia das emergências, isto é, para tornar visível a criatividade social, política, filosófica, que existe no mundo do outro lado da linha” (Loose, 2018, p. 144). Entretanto, para cumprir com seu papel de contrapoder e ruptura com o pensamento do Norte, o campo jornalístico precisa ser reformatado e passar a englobar outros princípios, critérios e atores.

Verificamos que os pressupostos do Jornalismo Ambiental emergem pela metade, aos pedaços, já que a pluralidade e a diversidade parecem ser restritas mesmo nas formas mais alternativas de jornalismo. Os territórios do Sul, suas práticas e seu modo de existência, reiteradamente invisibilizados pela mídia hegemônica, continuam tendo dificuldade de adentrar o campo jornalístico. O pensamento do Sul, calcado na reparação dos prejuízos causados pelo capitalismo movido pela colonialidade, irrompe em alguns momentos, mas não consegue fazer contraponto ao discurso neoliberal. Ao amplificar o aspecto global da crise climática, mais que diluir as responsabilidades e calar as desigualdades que dela derivam, alimentamos a ideia de que as soluções também precisam vir “de cima para baixo”, orientadas por aqueles detentores de conhecimento técnico-científico fundado no Norte.

Ainda que inclua um posicionamento em relação à emancipação dos povos do Sul, assim como o endosso do discurso indígena (ou dos defensores climáticos) por parte de ativistas e até jornalistas, fica o questionamento sobre se esse chamado ganha atenção pela sua relevância ou só porque já parte de um outro ser (branco e escolarizado), enquadrado no que pode ser aceito dentro do escopo da modernidade. Soma-se a isso o fato de povos indígenas serem citados nas notícias, mas poucas serem as vezes em que realmente são fontes de consulta para produção de textos no veículo durante o período estudado.

## Referências

- ATILES-OSÓRIA, J. M. Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 100, p.131-152, 2013.
- BUENO, W. C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.
- CARVALHO, A. Climate change and the socio-ecological crisis. In: WODAK, Ruth; & FORCHTNER, Bernhard. (Eds). **The Routledge Handbook of Language and Politics**. London: Routledge, 2017. doi: 10.4324/9781315183718.ch32.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Globalization**. London: Routledge, 2006.
- FROME, M. **Green Ink: Uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- GEORGE, S. Paine 2: Pensar o contemporâneo. In: **Colóquio CES 40 anos “A imaginação do futuro. Saberes, experiências, alternativas”**. 9 de nov de 2018, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018.
- GÓES, J. C. **O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira**. 2017. 210 f. (Tese em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GROFOGUEL, R. Paine 3: Um outro mundo é possível. In: **Colóquio CES 40 anos “A imaginação do futuro. Saberes, experiências, alternativas”**. 9 de nov de 2018, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018.
- GREEN, L. Fracking, Oikos and Omics in the Karoo: reimagining South Africa’s reparative energy politics. In: **Colóquio Internacional “Os Mil Nomes de Gaia”**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/XNEuK>>. Acesso em: 20.06.2022.
- IPCC. **Climate Change 2014: synthesis report: summary for policymakers**. United Kingdom; New York: Cambridge University, 2014. Disponível em: <<https://bityli.com/DaayJ>>. Acesso em 16 jun. 2022.
- KARLSSON, S. O divisor Norte-Sul do conhecimento: consequências para a governança ambiental global. In: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, M. H. (Orgs.). **Governança ambiental global: opções e oportunidades**. São Paulo: Editora Senac, 2005. p.63-88.
- LOOSE, E. B. **Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança**. 2016. 454 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- LOOSE, E. B. A Comunicação sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos. **Ação Midiática**, v.16, p. 138-150, 2018. doi:10.5380/2238-0701.2018n16p138-150.
- LOOSE, E. B. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: Os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade**. 2021. 253 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **Interin**, v. 22, nº. 2, p. 154-172, 2017.
- MAGALHÃES, M. I. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v.2, nº2, 1986. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/31247>>. Acesso em 20 jun. 2022.
- MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação, reflexos posteriores**. Blumenau: Edifurb, 2012.
- MELO, I.; F. de. Por Uma Análise Crítica Do Discurso. In: MELO, I.; F. de. (Org.). **Introdução aos Estudos Críticos do Discurso: Teoria e Prática**. Campinas: Pontes Editores, 2012. p.53-98.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.32, nº94, p.1-18, 2017.
- MORAES, C H. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital**. 2015. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORENO, C. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p.256-293.

OLIVEIRA, D. de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Feire**. Curitiba: Appris, 2017.

PBMC - Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. **Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Rio de Janeiro:PBMC, 2016.

PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano 2007-2008. La lucha contra el cambio climático: Solidaridad frente a un mundo dividido**. Programa de Naciones Unidas sobre Desarrollo Humano (PNUD), 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RESENDE, V M. Análise Interdiscursiva de Políticas Públicas: Reflexão Epistemológica. *Revista Ámbitos – Revista Internacional de Comunicación*, v.39, p. 57-70, 2017.

RESENDE, V. M. (Org.). **Descolonizar os estudos críticos do discurso**. São Paulo: Pontes, 2019.

SEEG. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2020**. 2021. Disponível em: <<https://seeg.eco.br/documentos-analiticos>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SANTOS, B. S. Para além do conhecimento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.78, p.3-46, 2007a.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007b.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse analysis. In: TANNEN, Deborah.; SCHIFFRIN, Deborah.; HAMILTON, Heide. (Orgs.). **Handbook of discourse analysis**. Nova Jersey: Blackwell, 2001. p.352-371.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia: estudos na Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Society and Discourse: How social contexts influence text and talk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F.de (orgs.). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

## Sobre os autores

Eloisa Beling Loose  
eloisa.beling@gmail.com

Jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental e atualmente professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Pesquisadora com ênfase na área de comunicação climática.

Viviane de Melo Resende  
resende.v.melo@gmail.com

Professora da Universidade de Brasília (UnB), onde também obteve o doutorado em Linguística. Coordenadora do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB) e do INCT Caleidoscópio – Instituto de Estudos Avançados em Desigualdades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (UnB/CNPq). Professora do PPGL/UnB e pesquisadora do CNPq. Editora da revista *Discurso & Sociedad para Brasil e Portugal*.

Recebido em: 13/07/2022  
Aprovado em: 25/10/2023

Editoras Responsáveis:  
Marialva Barbosa e Sonia Virgínia Moreira



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC- BY). Os autores retêm todos os direitos autorais, transferindo para a Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação o direito de realizar a publicação original e mantê-la sempre atualizada.